

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA SOCIEDADE E DESENVOLVIMENTO REGIONAL
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA

PEDRO ANTÔNIO SUHET VOLOTÃO DE SOUZA

A DIMENSÃO TERRITORIAL DO PODER ELEITORAL NO MUNICÍPIO DE
CAMPOS DOS GOYTACAZES – RJ

Campos dos Goytacazes – RJ

2020

**A DIMENSÃO TERRITORIAL DO PODER ELEITORAL NO MUNICÍPIO DE
CAMPOS DOS GOYTACAZES – RJ**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Licenciatura em Geografia do Departamento de Geografia da Universidade Federal Fluminense em Campos dos Goytacazes, como requisito parcial para obtenção do grau de Licenciado em Geografia.

Orientadora: Prof. Dr^a. Tatiana Tramontani Ramos.

Campos dos Goytacazes – RJ

2020

**A DIMENSÃO TERRITORIAL DO PODER ELEITORAL NO MUNICÍPIO DE
CAMPOS DOS GOYTACAZES – RJ**

PEDRO ANTÔNIO SUHET VOLOTÃO DE SOUZA

Aprovada em ___/___/___

Professora Dr^a. Tatiana Tramontani Ramos
Orientadora
GRC/Universidade Federal Fluminense

Professor Dr. Glauco Bruce Rodrigues
GRC/Universidade Federal Fluminense

Professora Dr^a. Silvana Cristina da Silva
GRC/Universidade Federal Fluminense

AGRADECIMENTOS

A Deus, que antes de tudo, me deu a oportunidade de produzir tal pesquisa e conduzir meus caminhos.

A minha orientadora, Doutora Tatiana Tramontani que com muita paciência e sabedoria aceitou tal incumbência de me orientar e iluminar com seu conhecimento esta pesquisa.

Aos meus pais, Jussary Suhel Volotão de Souza e Antônio Pedro Teixeira de Souza que além do amor incondicional recíproco são meus maiores presentes de Deus e sem eles nada disto seria possível.

Aos meus Irmãos Thais Suhel Volotão de Souza, Thiago José Suhel Volotão de Souza e meu cunhado Cleiton da Rosa, que é como um irmão, são também de imensa importância na minha vida.

Aos meus sobrinhos, Bia, Rafa e Edu, que desde antes de nascer já eram amados.

A minha namorada Millena, que com muito amor e paciência aguentou os estresses e ignorâncias, além de ser base em todo esse tempo.

Aos meus amigos da graduação, que me ajudaram imensamente no dia-a-dia da faculdade, Lays Ferreira, Gabriela Rodrigues e Fabrício Ferreira, são todos igualmente especiais.

Aos amigos do ônibus, que comungaram das idas e vindas, Nathaly Andrade, Luciano Moura, Larissa Riscado e João Carlos.

RESUMO

A presente pesquisa analisou a atuação do poder legislativo local e suas formas de territorialização, mediante encaminhamento/aprovação de projetos e resultados em ações concretas na cidade de Campos dos Goytacazes/RJ. Nossa hipótese foi a de que esta investigação pode contribuir para um panorama político na escala local que direcione para uma reflexão a respeito do teor dos debates políticos locais nas últimas duas legislaturas da câmara de vereadores em relação aos impactos diretos no espaço da cidade, isto é, sua resultante na produção do espaço urbano – investimentos, melhorias, reestruturação, refuncionalização etc. Tendo em vista a atual conjuntura política que se vislumbra em nossa democracia em sentido amplo, não raro o que vemos é um distanciamento da população da política institucional, mas sem que esta perca o seu coeficiente de atração para o mesmo capital político. A metodologia da pesquisa teve como diretriz principal entrevistas com os próprios vereadores – versando sobre a atividade parlamentar e construção de redes locais. A pesquisa inclui também um levantamento no arquivo público da câmara que foi realizado para identificar as pautas de votações e discussões, relacionando-as aos agentes, seus discursos e o teor de suas propostas. Elegemos alguns territórios eleitorais e políticos (bairros, distritos ou regiões), para uma possível leitura local das indicações dos parlamentares, com concentração em determinados bairros e distritos. A identificação e análise desses recortes de poder na cidade é de significativa importância para entendermos até que ponto a relação discurso-ação parlamentar efetivamente configuram em “comunidades políticas” com fins clientelísticos bem consolidadas e estratégias espaciais bem definidas.

Palavras-chave: poder; legislativo; democracia; território eleitoral; Campos dos Goytacazes

ABSTRACT

This research analyzed the performance of the local legislative power and its forms of territorialization, through the forwarding / approval of projects and results in concrete actions in the city of Campos dos Goytacazes / RJ. Our hypothesis was that this investigation can contribute to a political panorama at the local scale that leads to a reflection on the content of the local political debates in the last two legislatures of the city council in relation to the direct impacts on the city space, that is, its resulting in the production of urban space - investments, improvements, restructuring, refunctionalization, etc. In view of the current political conjuncture envisioned in our democracy in a broad sense, what we see is often distancing the population from institutional politics, but without losing its coefficient of attraction for the same political capital. The research methodology had as main guideline interviews with the councilors themselves - dealing with parliamentary activity and building local networks. The research also includes a survey in the public archive of the chamber that was carried out to identify the voting and discussion guidelines, relating them to the agents, their speeches and the content of their proposals. We elected some electoral and political territories (neighborhoods, districts or regions), for a possible local reading of the nominees of the parliamentarians, with concentration in certain neighborhoods and districts. The identification and analysis of these cuts of power in the city is of significant importance for us to understand the extent to which the relationship between parliamentary speech and action effectively constitutes “political communities” with well-established clientelistic purposes and well-defined spatial strategies.

Key Words: power; legislative; democracy; electoral territory; Campos dos Goytacazes.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	8
2. A POLÍTICA E OS INTERESSES PÚBLICO-PRIVADOS	10
2.1. A DISSOCIAÇÃO GREGA ENTRE O PÚBLICO E O PRIVADO	10
2.2. OS ASPECTOS (ANTI)DEMOCRÁTICOS.....	17
3. METODOLOGIA	24
4. “MAPA” DO PODER CAMPISTA	26
5. RESULTADOS	36
6. REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS	39
7. ANEXOS	40

INTRODUÇÃO

A política é compreendida pelo senso comum como tudo aquilo que está relacionado à eleição e a escolha de políticos profissionais que constroem carreiras e realizam trabalhos nas instituições do Estado, isto é, resume-se à política eleitoral. Argumento esse que é, de maneira complexa, potencializado no imaginário da sociedade em geral por um sentido depreciativo. Percebe-se, sobretudo nos últimos anos em nossa república, uma avaliação pessimista com relação ao Estado, visto que seus órgãos e instituições em seus atos alimentam discussões que contribuem para o embate ideológico e conflito de interesses, geralmente na esfera privada. Tais interesses variam, desde o teor das intenções envolvidas, até os sujeitos que anseiam por sua efetivação.

É fundamental, antes de tudo, contextualizar-nos na teoria para um entendimento mais detalhado do mecanismo, da lógica e dos fins relacionados as estruturas de poder que circundam e penetram as instituições do Estado moderno. As obras *a condição humana*, de Hannah Arendt e *a prisão e a ágora*, de Marcelo Lopes de Souza, fornecem reflexões que são de suma importância para o entendimento de determinadas experiências do fenômeno político e, também, para analisarmos processos atuais. Suas produções contribuem para o debate da democracia, desde a *pólis* grega com suas concepções de política distintas das atuais e os caminhos políticos que a sociedade percorreu, até as potencialidades de se fazer política com democracia.

Em teoria, os representantes que ocupam os cargos públicos, não deveriam utilizar de sua posição para benefícios que sejam privados, de terceiros, ou dele mesmo. Em prática vemos e entendemos rotineiramente que a teoria quase sempre não é compreendida e tampouco efetivada.

A bibliografia ajudará a compreender a dimensão e os limites desta sobreposição dos interesses privados que podem remeter a uma pessoa física, ou jurídica, sobre os interesses rigorosamente públicos, ou seja, interesses que se referem e dizem respeito, necessariamente, ao interesse comum e coletivo. O pacto social, isto é, o interesse comum/coletivo não passa exclusivamente pelo debate harmônico no seio da comunidade, mas pode ser acalorado, conflituoso e, conseqüentemente, exaustivo na jornada para as tomadas de decisões que levem a um bem geral.

Quando observamos os processos políticos por excelência, da alçada das instituições de Estado em seus diferentes setores e frações, nos questionamos: como e

onde os sujeitos públicos empreendem? O fazem a fim de auferir vantagens pessoais (privadas), ou em benefício da *res pública*, ou seja, exatamente quem os elegeu? Esses questionamentos permitem nos aproximar da análise do *poder* e suas formas de ramificação.

Vale também considerar como o discurso destes sujeitos caminha de forma coesa com suas práticas. Em outras palavras, se quando prometidos os discursos se alinham à prática e se há aferição de vantagem quando a prática se dissocia das palavras.

Os objetos de análise, isto é, o *espaço da aparência*¹ e os diferentes níveis de poder, têm como consequência as interferências na espacialidade da cidade; alterações que podem se dar via atos legislativos, e estes, variando de acordo com tamanho dos orçamentos e investimentos, bem como a forma que é legislada a câmara local.

Desde o início da pesquisa, notamos que existem territorialidades coexistentes/superpostas e cíclicas e, portanto, tendem a se modificar com o tempo, apresentando determinados tipos de comportamentos em períodos de eleição, e outros fora deles.

É comum, que certos bairros tendam a divergir entre os candidatos, polarizando ainda mais nos períodos eleitorais, mas que em tempos sem campanha, mantém sua proximidade e fidelidade com seus candidatos, formando assim seus currais eleitorais. Propomos então a ampliação do debate político em Campos, e formas de cercear a democracia, utilizada por agentes políticos locais.

A cidade de Campos dos Goytacazes – RJ terá uma análise que se voltará para o poder legislativo municipal, que conta com 25 vereadores, de 17 partidos políticos, cumprindo o artigo 29 estabelecido na Constituição Federal de 1988, que determina 25 cadeiras parlamentares às câmaras municipais de cidades que possuem mais de quatrocentos e cinquenta mil habitantes.

¹ Hannah Arendt (2010) define espaço da aparência quando “os homens se reúnem na modalidade do discurso e da ação”, desta forma, gerando Poder.

2. A POLÍTICA E OS INTERESSES PÚBLICO-PRIVADOS

2.1. A DISSOCIAÇÃO GREGA ENTRE PÚBLICO E O PRIVADO

Na antiguidade a Grécia organizou uma prática única com sua constituição em cidades-estados que possibilitou uma perspectiva que na história influenciou e configurou uma mudança na organização social e que seria levada à reflexão sobre decisões e escolhas até os dias de hoje.

A *pólis* grega foi um marco não apenas para a civilização grega, mas para o mundo como um todo. E isto representou uma ruptura no *modus operandi* dos homens e em suas relações, além de alterar o espaço físico, ou seja, a sua estrutura urbana como sintetizou CASTORIADIS “a Grécia é a primeira sociedade a ter-se questionado explicitamente sobre a representação coletiva instituída do mundo” (1986, p. 290).

Estamos longe de objetivar o modelo da *Pólis* como o ideal, mas compreender essas relações antigas e que eram tratadas de um modo tão diferente. Qual a dimensão de tal influência da esfera privada - onde há os interesses particulares - na esfera pública, na qual todo e qualquer serviço e benfeitoria deve ser para o gozo e qualidade de vida da população em geral? Como essas relações de poder se expressam no espaço da aparência da cidade e configuram suas territorialidades nesses conflitos políticos eleitorais em períodos de campanhas? Baseando-se nas obras dos filósofos políticos Hannah Arendt (2010) Cornelius Castoriadis (1986) e do geógrafo Marcelo Lopes de Souza (2006) refletiremos sobre campos que são úteis para a discussão desta temática e é de suma importância entender como funciona a estrutura na qual a nossa sociedade se mantém politicamente e democraticamente.

Para chegar à vida política, o homem hoje não necessariamente a distingue da sua vida pessoal, não raro as ligando mutuamente. Na concepção grega, “a capacidade humana de organização política não apenas é diferente dessa associação natural cujo centro é o lar (*oikia*) e a família, mas encontra-se em oposição direta a ela” (ARENDR, 2010, p. 28). Portanto, na racionalidade grega antiga, tudo que diz respeito aos membros da família e ao interior do lar, não se associava ao externo, ou seja, a vida comum e social com as demais pessoas. Dessa forma o *político* era exclusivamente em função do domínio público e, somente nesta condição, deveria tratar dos assuntos e interesses públicos,

deixando de lado tudo que fosse pertinente à vida pessoal, interna ao lar, privada. E a autora prossegue na sua reflexão: “o surgimento da Cidade-Estado significou que o homem recebera, além de sua vida privada, uma espécie de segunda vida, o seu *bios politikos*. Agora cada cidadão pertence a duas ordens de existência;” (Idem, 2010, p. 28) logo havia uma distinção para os gregos, sobre a vida política e social, da vida privada e familiar.

Os assuntos pertinentes à vida familiar, tampouco os interesses, não transcendiam para o domínio comum. Essa dissociação curiosa tornava qualquer empreendimento público em obra que suprisse alguma necessidade da própria comunidade, e para que tal feito seja realizado, a própria comunidade em assembleia decidia como e onde deveria ser realizado. Bastava ser homem e adulto para que pudesse opinar nas decisões tomadas na *Ágora*, um espaço misto com função de praça pública, mercado, feira, palco de reflexões e debates que exercia uma função diferente de como a entendemos hoje na modernidade, onde a finalidade não era meramente o lazer da população, de caráter informal. Era na *Ekklesia* a instância maior de tomadas de decisões públicas, que se reuniam formalmente todos os cidadãos. Enquanto a *Ekklesia* formava oficialmente o parlamento, ou o governo na *Pólis*, a *Ágora* detinha um caráter informal, conciliando os assuntos públicos e os privados, conforme SOUZA (2006).

Neste ambiente de decisões, o *ser político*, portanto, não se tratava de um ofício, pelo qual se seria gratificado, como hoje. O ser político para os gregos era necessariamente estar a par e consciente das decisões, das realizações, dos debates profundos a fim de melhorar a qualidade de vida da cidade, ou seja, tudo que não pertencia, ou estava fora da sua *Oikia*. Logo era desejável que todos os cidadãos² participassem da vida política na *Ekklesia* e contribuíssem com seus conhecimentos específicos nos debates, como por exemplo, um matemático ou engenheiro no cálculo da construção, este dominando informações fora do senso comum, demarcaria os cálculos e estratégias em benfeitorias e obras; um general, ou veterano militar para uma batalha, ou evento de guerra. Para estes especialistas era delegado um mandato de tempo

² Vale acrescentar que, em Atenas, eram considerados cidadãos apenas os homens, gregos e livres. Isso excluía, mulheres, crianças, dotados de qualquer limitação física, estrangeiros e escravos. Ou seja, uma minoria da população era efetivamente cidadã. Não se tratava de uma democracia majoritária, apesar de direta.

determinado, ou até o fim de sua missão, mas as decisões de suma importância, ou seja, as políticas, ficavam para a *Ekklesia*.

Como qualidade política entre outras, Arendt (2010, p. 29) afirma

De todas as atividades necessárias e presentes nas comunidades humanas, somente duas eram consideradas políticas e constituíam o que Aristóteles chamava de *bios politikos*: a ação (*praxis*) e o discurso (*lexis*), das quais surge o domínio dos assuntos humanos [...].

O exemplo da Grécia antiga, trata da política em amplo sentido, concedido a qualquer cidadão (com exceção de estrangeiros, escravos e mulheres) o encargo das decisões, vivenciando a política de fato. Sendo o discurso totalmente coeso com a ação, além de boa qualidade política, é uma maneira de se obter de fato o poder político. Em paralelo com a democracia representativa, hoje o político que realiza o que anteriormente prometeu consegue passar uma imagem de comprometimento e habilidade necessária para exercer seu cargo, e deste modo reunir apoio e os votos necessários nas eleições, sendo juntamente com a oratória uma virtude essencial para um indivíduo político tanto na experiência grega, quanto nos dias de hoje.

Em seguida, analisando a democracia que sucedeu a experiência grega, ARENDT (2010) afirma que a relação discurso-ação é separada, tornando-se “[...] atividades cada vez mais independentes. A ênfase passou da ação para o discurso, e para o discurso como meio de persuasão e não como a forma especificamente humana de responder, replicar à altura do que aconteceu ou do que foi feito”. (Idem, 2010, p. 31). A mudança significativa na forma de ser político tornou possível as mudanças de opinião das assembleias, e ainda mais importante, enfraqueceu o sentido qualitativo das decisões, agora podendo não ser realizada a melhor decisão deliberada sendo substituída pela concepção em que os melhores políticos consigam assim persuadir mais pessoas a seu favor e conseqüentemente seu interesse (pessoal). Ambas características do ser político, que eram necessárias e bem vistas na experiência grega, retornam com a democracia representativa, e hoje podem ser usadas também como qualidades políticas necessárias a um político profissional. Arendt sintetiza então, o papel do cidadão-político na *pólis* “ser político, viver em uma polis, significava que tudo era decidido mediante palavras e persuasão, e não força e violência” (idem, p. 32).

A importância do lar é constituída a princípio de tal modo que para ser político o homem deveria antes possuir uma casa como retoma ARENDT (2010, p. 35) “sem possuir

uma casa, um homem não podia participar dos assuntos do mundo porque não tinha nele lugar algum que fosse propriamente seu”. Então o ponto de partida para ser um homem que participasse dos assuntos políticos da comunidade, deveria antes ter sua própria casa, o que se configura num pré-requisito administrativo, além de formalmente e fisicamente estar inserido naquela determinada comunidade. Fato curioso é que hoje para se candidatar a um cargo eletivo o indivíduo deve, além de outras condições, comprovar moradia na circunscrição da administração governamental em questão com tempo de moradia de pelo menos um ano, seja município, estado ou país, de acordo com Constituição Federal de 1988. Distintamente da concepção filosófica grega o que observamos é que por ser oficialmente membro de tal sociedade e nela pagar os devidos impostos o cidadão pode concorrer às eleições e ocupar um cargo público.

Distintivamente a forma moderna de política, o ato de legislar para os gregos, era um ato de ofício, fora da vida política e menos nobre, e desta forma podia ser contratado para a confecção de uma lei, como um trabalho técnico. Arendt (2010, p. 243) esclarece sobre a forma grega

Em sua opinião, o legislador era como o construtor dos muros da cidade, alguém cuja obra devia ser executada e terminada antes que a atividade política pudesse começar. Consequentemente, era tratado como qualquer outro artesão ou arquiteto, e podia ser trazido de fora e contratado sem que precisasse ser cidadão, ao passo que o direito de *politeuesthai*, de engajar-se nas muitas atividades que afinal ocorriam na *pólis*, era exclusivo dos cidadãos. Para os gregos, as leis, como os muros ao redor da cidade, não eram um resultado da ação, mas um produto da fabricação. Antes que os homens comessem a agir, era necessário assegurar um lugar definido e nele erguer uma estrutura dentro da qual pudessem ocorrer todas as ações subsequentes; o espaço era o domínio público da *pólis* e a estrutura era a sua lei; legislado e arquiteto pertenciam à mesma categoria.

A concepção grega é totalmente distinta a nossa, visto que os Romanos (civilização base de influência para os modelos republicanos ocidentais) incorporaram na sua República o ato de legislar como ato político aos seus senadores. O sentido romano seria próximo ao dado por Sócrates como, incluindo o trabalho de legislar como um ato político, pois, o que resulta das leis, é um produto físico e público. O modelo em vigor hoje compete à confecção das leis aos próprios agentes políticos profissionais que de acordo com o modelo republicano teorizado por Montesquieu (1996) (e com forte influência iluminista), institui três poderes para uma república: o poder Legislativo, ao qual cabem a elaboração de novas leis e a fiscalização do poder executivo, além do trabalho de integração com os outros dois poderes.

O legislativo se divide nas respectivas instancias: federal, estadual e municipal, e da mesma forma o poder executivo, que são dissemelhantes do Judiciário que por meio de concursos internos promove a efetivação de seus membros, deixando assim como popular e representativo o executivo e legislativo. A incumbência do município está em tratar apenas as demandas dos distritos, sede e seus bairros, além de auxiliar os demais governos e instâncias. Essa organização em poderes retirou o poder monárquico para distribuir ao povo, contudo o que se viu, foi a cima de tudo uma nova forma política que concentrava poder em poucas mãos, mantendo uma oligarquia.

Hoje, é comum observar em estratégias políticas, a prática e o cultivo dos chamados “redutos eleitorais”, que se configuram como paroquialismo. Tal expressão tem origem religiosa e se define pela forma como uma paróquia, onde uma freguesia religiosa é encarregada de toda uma comunidade de adeptos, cuja abrangência espacial se traduz no recorte de bairros, distritos, ou até municípios inteiros, centralizando no líder religioso o responsável pelas orientações espirituais que, no caso do paroquialismo político-eleitoral, se expressam na figura do líder político com função paternalista, assistencialista e, atualmente, cada vez mais, também, acumulando a função de orientação e influência espiritual – vide ascensão do movimento neopentecostal no cenário político, expresso na ampliação da chamada “bancada evangélica” no legislativo (e também no executivo) das três esferas de governo. Em vista disso, se assemelhando a uma paróquia, políticos se comportam como párocos, e assumem a responsabilidade e o dever de orientar sua comunidade, politicamente. É uma forma de cooptação de espaços, e que podem ser mensurados de acordo com as estratégias. Outra forma de assegurar maior domínio sobre sua “paróquia”, é através do clientelismo, prática que configura o eleitor como cliente do candidato, barganhando projetos de melhorias urbanas e equipamentos de uso coletivo, por exemplo, ou mais comumente, oferecendo favores pessoais e bens-mercadorias para efetivar seu controle de ação.

A configuração da época, contudo, não é perfeita em seu arranjo, com destaque na relação de menos importância da mulher e a existência de escravos, ambos com menos direitos. São questões que ainda dois mil anos depois, não foram totalmente superadas, com as mulheres ainda possuindo pouca participação política, sendo vítimas de violência dentro e fora do ambiente doméstico, juntamente ao racismo estrutural que ainda deixam rastro de desigualdades sociais e assimetrias de poder pela sociedade em geral. Quem se privasse da vida em comunidade e se mantivesse em relação estritamente domiciliar,

estaria se privando da realidade ao qual estaria inserido e, portanto, encaminhando para a alienação.

Para os gregos, era de extrema importância que os homens – com exceção de escravos e bárbaros – se atentassem para toda e qualquer questão política e conseqüentemente pública, para alcançar um maior bem estar social. Nesta perspectiva grega *posterior à pólis*, o chamado espaço da aparência se potencializa com a ascensão da persuasão política e com a criação de políticos profissionais cujo trabalho escapa da filosofia grega. É neste espaço da aparência que as relações de poder se dão, podendo concentrar-se em alguns (como acontece com mais frequência nas sociedades modernas), ser distribuído mais horizontalmente (como ocorrera na experiência grega e alguns exemplos raros na modernidade) entre, não apenas os agentes políticos, como na população em geral. E Também pode haver a perda quase que total do poder e neste caso, o exemplo claro é de povos subjugados por outros ditos superiores, ao longo das histórias das diversas civilizações pelo mundo – quando o que se entende como administração pública é corroída e enfraquecida. Sobre a relação de poder entre civilizações e povos Hannah Arendt (2010, p. 249) afirma que

O que primeiro solapa e depois destrói as comunidades políticas é a perda de poder e a impotência final; e o poder não pode ser armazenado e mantido em reserva para casos de emergência, como os instrumentos da violência, mas só existe em sua efetivação.

A questão não é qual comunidade política vence ou sucumbe para outra emergir, mas a como essas relações de poder se dão hoje, em outras palavras, como funciona essa “balança de poder” no cenário político, levados em conta os princípios gregos resgatados aqui.

Hannah Arendt (2010, p. 249) prossegue afirmando que “o poder só é efetivado onde a palavra e o ato não se divorciam, onde as palavras não são vazias e os atos não são brutais, onde as palavras não são empregadas para velar intenções, mas para desvelar realidades” na reflexão da autora, o poder é de fato instituído quando não é para uso da violência, portanto, por meio do diálogo e até persuasão. Uma comunidade política tende por estes meios há permanecer mais tempo hegemonicamente, utilizando-se de artifícios pacíficos e legais para legitimar seu controle e dominação.

Para adquirir poder, uma comunidade política, antes de tudo deve ser simplesmente uma comunidade bem estruturada e em sintonia, mas com uma pluralidade

de ideias. O único fator indispensável para a geração do poder é a convivência entre os homens (Idem, 2010, p. 251). A afirmação faz jus a toda reflexão construída a respeito dos gregos, que enquanto constituíram a *pólis* e debatiam nas assembleias acerca da gestão pública da cidade, permaneciam em uma “harmonia relativa” sem grandes preocupações. Para Foucault (1979, p.174), o poder é o poder concreto que cada indivíduo detém e que cederia, total ou parcialmente, para constituir um poder político, uma soberania política. E este poder é juridicamente efetivado por um ato contratual entre os homens. Em suma, os homens se reúnem para gerar poder e, assim, o poder os mantém unidos.

As leis podem ser consideradas sem rigor, uma espécie de contrato, em que a população pode não ter concedido uma assinatura, mas que é previsto que cumpra com afinco as determinações. Portanto, temos o ato de legislar como um ato político e, mais ainda, de poder. As leis ao serem produzidas, estabelecem também poder de alguém sobre outro alguém, e em muitas das vezes, poder de poucos sobre muitos.

Na modernidade, a comunidade política pode ser claramente tomada como exemplo os partidos políticos e suas coligações e alianças. São organizações em tese ideológicas, que no debate político de Estado, comungam de obter mais e mais poder. Pode de realizar obras, façanhas que deixem seu legado positivo e uma imagem para futuras gerações de que fizeram o certo.

O poder político é hoje e como era na antiguidade, almejado a qualquer indivíduo que considera um dia querer sobressair sobre outro. No imaginário comum hoje, quando nos referimos a alguém que detém poder, o que nos vem em mente é a figura do político que, por seu trabalho, está na vanguarda das tomadas de decisões na instância que lhe é atribuído. É indubitável que o poder esteja na esfera pública de uma cidade, província, estado ou nação, e que só seja efetivado por justamente estas instâncias serem constituídas por pessoas e elas promoverem os debates e choque de ideias.

Em alguns casos, existe um entrelace no que tange aos métodos de organização de alguns grupos, que por tendência esdrúxula deixa-se interferir de um campo a outro. Essas comunidades hoje não possuem corpo homogêneo de cidadãos debatendo e discutindo sobre assuntos públicos, como fora na experiência grega, - o que encontramos hoje e que pode se aproximar são as associações de moradores, que unem a população de determinado bairro ou comunidade em prol de um assunto público, mas com o poder de

fazer pressionar políticos profissionais e não de tomar a decisão de fato - e sim muito de seus agentes diretamente ligados ao setor privado, e ao contrário verifica-se ser ainda mais presente com a prática dos lobistas são utilizados por muitas corporações privadas que possuem funcionários propriamente designados para esta função, conectando os interesses da empresa, com as decisões públicas. Logo observamos uma maior e mais frequente influência de empresas do que da própria população em geral.

O que vemos é um aprofundamento deste esquema de lidar com as decisões públicas, na qual deveriam partir da população para a própria população, e que acabam levantando questionamentos sobre a eficácia da nossa democracia, ou ainda, se possuímos de fato o “governo do povo”, portanto, é necessário analisar como configura este sistema e se possuímos verdadeiramente os “governantes do povo”.

2.2. OS ASPECTOS (ANTI)DEMOCRÁTICOS

Desde a fundação da Pólis e o estabelecimento da democracia direta, as sociedades experimentaram modelos constitucionais de governo e gestão que concentraram poder em pequenas parcelas de indivíduos, seja nas monarquias com os monarcas e sua corte, seja nas modernas repúblicas.

A ideia era que uma República fosse gerida por pessoas "comuns" e dessa forma seria melhor administrada em prol do povo, destituindo as cortes e a nobreza em geral, substituindo-a por representantes da população em geral. Essa transição mostrou após centenas de anos, que na realidade foi substituído uma elite dominante por outra, com a burguesia ascendendo a um *status* oligárquico e, desta forma, influenciando assuntos públicos com interesses privados, com o poder novamente concentrado em poucas pessoas, como era nas cortes monárquicas. Contudo, a fundação de uma República sobre uma Monarquia, reconfigurou novas manobras e estratégias para uma ascensão social e política viabilizada pela democracia (o que antes era considerado a linhagem dos indivíduos) e vendidas ao mundo como o modelo de sociedade que deva ser seguido, mesmo que alguns Estados forcem a democracia em outros, num gesto antidemocrático.

Existem várias formas de democracia, concepções que diferem num ponto, ou outro, que limitam, ou estendem os direitos e liberdades de seus cidadãos, distintas estruturas de administração pública etc. Souza (2006) discute tais variações que valem

ser abordadas aqui **(a)** “A democracia representativa, como o próprio nome sugere, assenta-se sobre o princípio da representação. A representação, diferentemente da delegação, significa alienar poder decisório em favor de outrem” e adiante com sua oposição, sobre a democracia direta; **(b)** “o seu traço mais distintivo e essencial reside em que o corpo de cidadãos, mesmo quando atribuía a certos indivíduos tarefas especializadas e de grande responsabilidade, não alienava seu poder decisório em favor de qualquer instância superior”.

As diferenças que valem ser observadas aqui, as quais apresentam maior impacto na sociedade, são as formas de como é tratado o poder dado aos cidadãos para participação nas deliberações públicas da gestão das cidades. Vale ressaltar a democracia representativa na qual foi escolhida e instituída na grande maioria das repúblicas, que sob o ponto de análise de alguns autores, acumula deficiências, e é ainda antiquada a realidade brasileira dada ao histórico político brasileiro, marcado por desigualdade social e econômica, resultando em voto de cabresto e trocas de favores pessoais, entre os políticos profissionais e a população vulnerável.

Como o nome diz, a democracia representativa corresponde a basicamente o povo escolher seus representantes que por eles irão decidir como vai ser a administração da república e, com isto, dar a estes representantes o poder de fato, terceirizando uma função que lhe poderia ser muito bem exercida e, mais ainda, deixando (grosso modo) o cidadão despreocupado para as discussões a respeito do que é de fato dele.

Como fora dito, esta Democracia dirige um poder que é do povo a três poderes que se articulam harmonicamente seja na instância federal, estadual ou municipal. O cidadão dá a estes políticos profissionais uma espécie de "cheque em branco" que acaba por beneficiar a vontade do político (interesse privado), não a dos cidadãos (interesse público).

Sobre os defensores do modelo representativo Marcelo Lopes de Souza (2006) diz que "argumentam que essa participação não seria nem sequer desejável, dos ângulos da eficácia e da eficiência, devido à incapacidade, ao desconhecimento ou à estreiteza dos horizontes de julgamento das pessoas comuns". Em suma, acreditam que a população em geral, não só não tem a capacidade de participar, como também não seria saudável à administração que todos tratem igualmente dos assuntos e escolhas. O autor tece críticas ao que chama de "deficiente" o sistema de democracia representativa, e como sugestão

para otimização da qualidade política da população, a substituição ou inserção de elementos da democracia direta onde é retirado o intermediário (político profissional) entre a decisão a ser tomada e o próprio povo.

A autonomia, na concepção do autor é fundamental numa sociedade que busca maior participação e poder nas decisões públicas, e para ele um indivíduo autônomo significa ser capaz de "dar-se a sua própria lei" (idem, 2006, p. 69) e prossegue explanando, "tomar nas mãos o próprio destino: liberdade política e percepção da história como criação".

Logo é de fundamental importância para uma democracia direta que sua população seja autônoma, e que desta forma, tenha a liberdade de manobra para pensar, falar, teorizar ideias e acima de tudo decidi-las. Mas, também é importante que essa autonomia se estenda a uma autonomia coletiva de instituições que fortaleçam as comunidades de indivíduos autônomos e garantam tal autonomia além de organizarem as suas participações em determinadas lutas, como exemplo as associações de moradores de bairros, que se configuram em pequenas assembleias políticas ligadas estritamente a causas locais.

A lógica das associações de bairros é a uma primeira impressão bem intencionada, quando a luta ainda é por necessidades de melhorias da estrutura e conseqüentemente qualidade de vida da comunidade, mas do contrário, usados como uma "segunda terceirização" das questões políticas, onde a população leva ao presidente desta associação, que em seguida leva a um secretário da prefeitura, ou vereador (que em alguns casos pode até ter ligação direta com a comunidade, e ter residido) para tratar alguma pauta. A democracia direta, utilizando de alguns artifícios anularia as "terceirizações políticas" e o próprio cidadão decidiria com os demais, as demandas da sua comunidade.

É de grande relevância, atentar e aprofundar em quanto a democracia representativa inviabiliza e vela a participação ideal dos cidadãos nela inseridos, e ainda mais no tocante ao desenvolvimento que desta relação é impedido de se realizar. Tal inviabilização produz com o tempo, uma sociedade heterônoma, que está sempre seguindo determinações de instâncias superiores que acabam por controlar a vida, e o cotidiano da população.

Sobre como a heteronomia se instala em uma sociedade, Marcelo Lopes de Souza diz que

quando as leis e normas com base nas quais uma sociedade é, direta ou indiretamente, governada e organizada, são deliberadas não pelo conjunto dos indivíduos pertencentes a essa sociedade, de maneira tão lúcida e bem informada quanto possível, mas sim impingidas na base da opressão interna, da opressão externa e/ou divinizadas ou naturalizadas.” [...] (SOUZA, 2006 p. 70)

e em seguida afirma: “A heteronomia é, sempre, alienação política de uma parte da população, consentida ou arrancada a força” (idem, 2006, p.70). O que pode servir, portanto, como instrumento de instaurar heteronomias e formas de controles está também no ato de legislar, mesmo que transcendam quem as prescreveu.

Não espanta que historicamente a religião e o Estado caminharam juntos nas elaborações das normas e leis, seja por explicação transcendente que desta forma legitima a autoridade do governante, ou subjugação de um grupo – étnico, político, religioso, cultural, econômico – sobre outro, justificando o racismo, o supremacismo, a xenofobia, a segregação, entre outros casos de intolerância e violência. São exemplos históricos do controle de pessoas para dominação e hoje no século XXI ainda há resquícios dos meios do passado, mas que também se reinventam, mantendo a filosofia do controle com a heteronomia. Colocamos nas mãos dos legisladores uma desmensurada confiança nos atos em prol dos anseios da população em geral, contudo a sociedade concorda que o retorno deste serviço na maioria das vezes não é como esperado.

É concebível pensar que políticos profissionais e eleitos representativamente, defendam e usem de sua posição para estabelecer a democracia representativa e distorcer a democracia direta, ou elementos participativos oriundos dela, a não ser quando tal mecanismo seja uma falsa demonstração de autonomia e participação dos cidadãos nas decisões de gestão, com fins de obter ainda mais poder político confluindo para certos grupos, controlando outros ainda maiores ou até comunidades. Acreditamos que esta imposição seja ainda mais evidente e forte nas instâncias municipais - não incluindo as grandes metrópoles nacionais e internacionais - pois nelas a relação cidadão e político representante seja de maior proximidade pela questão e escala local. Sendo em muitos casos e sobretudo em cidades médias e pequenas, a facilidade de que o cidadão comum veja os candidatos e representantes pessoalmente seja em campanha ou corriqueiramente pela cidade é ainda maior e, de fato acontece, o que torna as caminhadas com apertos de mãos e abraços insinceros apenas uma formalidade, além de ser um evento visto apenas nas campanhas. Ao contrário é logo incomum, fora eventos como estes de caminhada, ter

este contato de proximidade com os representantes quando ampliamos a escala a nível de um estado é ainda menos provável quando se trata de uma escala nacional.

A não inclusão de projetos participativos que convoquem a população a se tornar ativa nos debates é um exemplo de como é feita a manutenção deste sistema. Uma interação maior da população provocaria um questionamento a respeito da representação o que potencializaria uma catástrofe política coletiva, como em movimentos de renovação política e antissistemas, que neste caso, é o modelo representativo. Em razão disto é que vemos com raras exceções, uma defesa da manutenção da representatividade como modelo democrático.

Toda esta trama política, possui uma característica tanto de partida quanto para finalidades com territórios, e esses são em certos casos bases de iniciação para um empreendimento de ascensão política. Os territórios então possuem uma importância crucial para entender as relações de poder no que vimos como “espaço da aparência” discutido por ARENDT, e ambos conceitos dialogam e interagem dentro do que podemos chamar de hierarquia política - das esferas de poderes e influências, cuja agenda inclui interditar a população em geral das discussões e gerência de governo. Portanto podemos observar que esta disputa política possui suas respectivas territorializações que se modificam, de acordo com o desenvolver das ações.

Para SOUZA (2010), território “é, fundamentalmente, um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder” (citando texto de 1995, página 78) portanto são espaços definidos por relações de poder, e se expressam na territorialização de certos sujeitos por meio de seus interesses, influência e domínio.

Na democracia representativa, para um político, possuir seu território e ampliá-lo ao máximo é fundamental o êxito na eleição. É lógico que variando de situação, os territórios podem se modificar, porém produzir este território simbolicamente com atos e atitudes que já bastam para se diferenciar com os demais territórios em disputa. Prosseguindo, o autor afirma que o fato de territorializar determinado espaço é um instrumento de poder e faz a precisa indagação: “quem domina, governa ou influência quem nesse espaço?” (SOUZA, 2006 p. 335) portanto é de grande relevância para esta pesquisa, esclarecer essa indagação, na escala do recorte escolhido.

Em seguida, SOUZA afirma que os motivos que fazem ser espaços demarcados como territórios e dessa forma controlá-los são vários, desde riquezas naturais até o

simbólico, mas que esteja materialmente exposto no substrato espacial. Dessa forma podemos colocar que a razão de territorializar aqui, sejam as pessoas, tratadas como meros eleitores. Cidadãos que possuem idade mínima para participar de um pleito eleitoral e dessa forma eleger alguém. Os seus bairros, distritos e comunidades são, dessa forma, cooptados a se juntar a determinado político e nele, depois que eleito (ou até mesmo antes), obter benefícios públicos e privados.

Contudo, as formas e maneiras que impedem maior acesso dos cidadãos na gestão e processos político-públicos não é somente obra dos políticos profissionais, sendo estes apenas defensores do atual regime democrático. Deve-se atentar mais ainda para a própria representação, que legitima, respalda, protege e é protegida para que o modelo representativo prossiga, e os cidadãos comuns, também sigam preferindo que alguém os represente.

Dentre as diferentes democracias, e ainda mais: diferentes democracias representativas, que mesclam elementos presidencialistas, ou parlamentaristas com mais ou menos participação da população na estrutura das escolhas. A escolha desta que em alguns aspectos coleciona defeitos, e amplia os mecanismos de desigualdade social e de poder, entre os cidadãos, entre os cidadãos e o governo e cidadãos e as corporações que detém o capital financeiro, tudo isso somado para que perpetue a representação, e aos cidadãos comuns a ignorância dos assuntos tratados, com termos jurídicos, econômicos e sociais que não os permite entender.

Outra questão pertinente, que vale a pena destacar e discutir, é a descentralização territorial que, como outras etapas vistas, também contribui para que a população em geral perca organização e participação e, com isso, poder. A prática de divisão territorial, pode parecer muitas vezes uma conquista de autonomia e de prestígio dentro de uma comunidade, como um bairro ou localidade que conquista a emancipação para distrito do município, e com isso descentraliza causas e lutas para escalas supralocais. O mesmo acontece também a realocação de moradores em áreas vulneráveis para conjuntos habitacionais, ou programas de moradia popular semelhantes. Neste caso ocorre de desconstruir o enraizamento que os moradores geralmente possuem com o local de origem e há diversas possibilidades de novas causas, como as em prol de melhorias nas condições das novas moradias. Contudo o conflito de interesses se expressa também aqui, pois pode ocorrer que no local de origem de onde foram removidos, havia alguma causa ou movimento de luta que ia de encontro com interesses de setores que visam lucro

próprio, como empresas, mercado imobiliário (esta segunda possui forte influência neste seguimento, ainda mais discreta que os demais setores) ou pelo próprio governo, e que estes movimentos possuem forte organização, além de respaldo jurídico.

Esta prática de certo modo silencia mesmo que temporariamente o movimento de moradores, uma vez que acomodado e pelas circunstâncias de trabalho e falta de tempo, os moradores não regridem para continuar sua luta de reivindicações. É ainda mais tenebroso, se analisarmos que esses empreendimentos de moradia popular realizados pelo governo estão localizados fora do perímetro urbano da cidade, ou na zona periférica, mantendo parte da população fora do centro urbano da cidade, longe dos serviços e comércios, colocados ao constrangimento diário da mobilidade e transporte público, que é outro problema corriqueiro. O cidadão não delibera onde passam-se as rotas do transporte, não discute quem prestará o serviço do transporte, mas pelas necessidades que lhes são impostas, são obrigados a usa-los.

Todos esses são, de uma forma, ou de outra, mecanismos pouco democráticos de gestão e de funcionalidade pública. Se tornou corriqueiro praticar hábitos e ter vontades que nos fazem não questionar, e mais ainda, a não ter vontade de querer mudar e melhorar a situação coletivamente, como comunidade. Percebemos que mesmo no modo que nos encontramos, que há uma mínima chama de vontade de mudança quando o confronto é concreto, onde de imediato se torna um incômodo, e fere a população. Todas essas situações ajudam na descrença do poder público e mais ainda nos seus representantes, que por sua vez contribuem para esse ciclo de dissabores que se repetem de quatro em quatro anos.

Por fim em seu livro SOUZA (2006), afirma que o uso das tecnologias de comunicação e informação podem se tornar uma ferramenta de qualidade para transformar a democracia e deixá-la ainda mais participativa. O uso dos *smartphones* podem ser uma dessas ferramentas que já utilizamos para gerenciamento de contas bancárias, efetuando transações, pagamentos, enviando mensagens instantâneas e até possuindo aplicativos para uso em substituição de documentos oficiais. Por que não a usar para convocações oficiais a deliberações e referendos participativos sobre a gestão das cidades e estados? E ainda tornaria os processos mais rápidos e, talvez, mais abrangentes. Não obstante, este tipo de modelo esbarra em certas problemáticas que poderiam corromper, ou mesmo influenciar o resultado, mesmo não afetando a eficiência tecnológica. Corromper no sentido de que enfrentamos hoje no ciberespaço as chamadas

fakenews, que disseminam em larga escala, e com isso atrapalhar nas escolhas que devem ser coerentes e analisadas pelos cidadãos.

Portanto, para SOUZA “a descentralização territorial, conjugada com o uso de tecnologias modernas de comunicação e informação, tornara exequível a participação de todos os envolvidos, em situação de co-presença, em muitos casos, em escala micro local, restringindo a necessidade de delegados” (SOUZA, 2006, p.559) e mais a frente sintetiza o cerne de seu pensamento libertário sobre esses elementos: “a abolição de qualquer separação estrutural entre dirigentes e dirigidos” (Idem, 2006, p. 560). Feito desse modo, a sociedade caminharia para se tornar cada vez mais preocupada com os debates nacionais e além, do que meramente as discussões de caráter local, em escala reduzida. E por uma sensibilidade aproximada pelo uso da tecnologia, como salientou o autor, a luta seria uníssona, além de uma possível diminuição das desigualdades sociais, e melhor qualidade de vida a todos cidadãos e cidadãs.

Enquanto não se concretiza algum destes métodos que somam uma democracia direta ajustada aos nossos tempos, pelejamos em lutas que levem a vontade dos dirigidos aos dirigentes. Cabe aqui sintetizar, e nomear a estrutura justaposta de poderes que coexistem e que formam seus territórios de disputas de interesses formando o espaço público da cidade.

3. METODOLOGIA

Nessa pesquisa, investigamos e analisamos a realidade das principais conceituações aqui trazidas em teoria, os agentes políticos profissionais, suas esferas de poder e influência, seus territórios eleitorais e, sobretudo os interesses privados no qual estes indivíduos atendem e utilizam do público para estes fins.

Na modernidade, a política de Estado, se tornou ao vocabulário popular, sinônimo de uma gama de coisas pejorativas e, quase sempre, ligadas a tudo de ruim que permeia o espaço público e a sociedade. Vão de casos corriqueiros associados a agentes políticos que, deliberadamente ou não, estão em esquemas que envolvem práticas ilícitas, até denúncias de conflitos de interesse e de enriquecimento financeiro. Nestes “esquemas” estão envolvidos não apenas agentes públicos (os políticos do Estado), mas também outros agentes, ou então um grupo de agentes mobilizados quase que exclusivamente para

determinado fim – fim último que seria o enriquecimento financeiro às custas do dinheiro público.

Os grupos, ao que vemos, variam desde corporações que investem nas chamadas PPP's (Parcerias Público-Privada), conseguindo licitações públicas quase sempre superfaturadas, ou buscando subsídios permanentes do governo para suas produções e empreendimentos; e também a grupos de pessoas ou classes de trabalhadores que se unem para fortalecer determinado candidato quando este tem um discurso que condiz aos seus interesses respectivos. Os exemplos são muitos e a discussão sobre cada um deles é complexa e com uma ampla dimensão.

Neste panorama, temos como agentes políticos profissionais, os vereadores da câmara municipal da cidade de Campos dos Goytacazes, localizada na região Norte Fluminense. A cidade que registrou próximo de quinhentos mil habitantes possui 25 cadeiras ocupadas por parlamentares de diversos partidos políticos, alguns com influência histórica no município. E outros grupos já consolidados que, com passar do tempo, apenas alteraram a sigla partidária.

Suas esferas de poder são de significativa importância entender até que ponto a teoria fornecida corresponde à realidade local, ou seja, a relação discurso e ação deles tem uma ligação direta com a obtenção de mais poder, juntamente com as alianças e coligações feitas para determinados fins políticos configurando em comunidades políticas. A extensão deste poder e seus limites, são juntamente importantes para traçar as potencialidades deste respectivo agente político e conseqüentemente suas impotências em determinadas discussões. Como vimos na teoria, a inserção dos interesses privados na esfera pública pode estar diretamente ligada ao discurso-ação e conseqüentemente ligado ao ganho de poder, portanto os ditos “currais eleitorais” serão analisados interligando com as demais análises. Podem se apresentar como o bairro onde o político reside ou tenha passado sua infância e/ou juventude, e que assim, gozando de sua posição, utiliza *lobby* para beneficiar através do poder público, aquela comunidade específica, sem o debate de ideias, ou reflexão do que é prioridade para o determinado local. Vai desde calçamento, praças, “parquinhos”, unidades de saúde, creches e etc. Um provável contrato firmado no ato da votação, que um grupo de pessoas com interesses próprios “assinam” com o candidato, e com um retorno incerto e duvidoso.

A pesquisa indo a campo se deu para análise das respectivas indagações, então separando o município de Campos dos Goytacazes e como área delimitada da pesquisa, o primeiro distrito do município, desmembraremos suas divisões oficiais (bairros) e focamos em entrevistas primeiramente com os próprios políticos, a respeito da atividade como parlamentar inicialmente e em seguida, destas relações de poder internas na câmara, e as externas, ou seja, ligadas aos eleitores e grupos privados, que desta forma caracteriza-se pelas suas relações em um espaço de aparência local.

Realizamos no arquivo público da Câmara Municipal uma pesquisa nos registros de votação e na Lei Orçamentária Anual para identificar as pautas das votações, discussões e encaminhamentos de emendas parlamentares a bairros e distritos para desta forma identificar uma lógica territorial e o padrão de ação dos vereadores, e relacionar ao seu discurso de campanha em 2016. Selecionamos os vereadores de acordo com suas legendas partidárias da seguinte forma: o partido que elegeu mais de um vereador, selecionamos o que obteve mais votos, e os que tiveram apenas um representante, a posteriori, de acordo com as citações feitas nas respostas dos selecionados, foram incluídos mais três vereadores. Em seguida, ouvimos a população, para obter um *feedback* a respeito dos seus representantes e, com isto, mostrar o papel inverso, além da posição do que hoje é estabelecido como cidadão politicamente ativo (homem ou mulher adultos, economicamente ativos e residentes do município).

A questão maior foi estabelecer um panorama, mesmo que seja uma imagem estática de algo em movimento, e dessa forma esboçar o espaço da aparência local da cidade e assim identificar no espaço-tempo quais organizações privadas influenciam e modelam o espaço público.

Assim como o espaço de aparência existe e possui suas relações de poder, é necessário analisar como se dão essas relações e traçar potencialidades para uma democracia que expresse na realidade o que é em sua etimologia.

4. “MAPA” DO PODER CAMPISTA

A presente pesquisa pode contribuir para um panorama político na escala local e levar a uma reflexão a respeito dos debates políticos que geram impactos diretos no espaço da cidade, bem como a inserção da população nas deliberações das construções

nos espaços públicos, um aumento da qualidade de vida, e do debate político. Consideramos que haja um abismo entre o que foi a experiência grega, e o que é hoje em uma cidade média de um país semiperiférico, mas que certas relações ainda estão enraizadas, principalmente pela condição do homem de manter suas relações com os demais.

Relacionando ao conhecimento empírico, esperamos esbarrar em um nicho político que está quase que inteiramente a serviço privado, desde o sentido íntimo do lar, onde o agente quer beneficiar-se e beneficiar “familiares” com seu cargo, através de regalias e atribuição de funções-chave para enriquecimento, até o sentido de estar a favor de interesses privados que não sejam do seu próprio lar, como por exemplo, de negócios e corporações que provavelmente serão os casos mais comuns, e também a classe de pessoas, que os apoiam por interesses em comum.

Espera-se também encontrar uma configuração totalmente diferente (apesar de antiga) da grega, de sociedade, no qual a participação da população em geral, nos assuntos públicos e políticos será consideravelmente reduzida, ao ponto de considerar não debater em nenhum assunto político.

A Câmara de Vereadores de Campos dos Goytacazes passou por um processo que provocou mudanças estruturais na sua composição, um processo judicial ligado a ex-prefeita Rosinha Garotinho (PR) e seu marido também ex-prefeito, junto com vereadores da sua ala foram presos ou perderam mandato na câmara. O processo ficou conhecido como “chequinho” devido á operação da Policia Federal juntamente com Ministério Público Federal com o mesmo nome.

O processo com as operações começou no ano de 2017, e afastou cerca de 07 dos 25 vereadores de seus mandatos, fazendo seus suplentes assumirem o mandato. Outros processos individuais também afastaram alguns outros vereadores, o que somado ao “chequinho” proporcionou uma mudança significativa nas cadeiras da câmara. Portanto aos suplentes que obtiveram uma cadeira, juntos aos que aos outros até então ilibados que também estão no seu primeiro mandato, quase toda câmara está em seu primeiro mandato. Contudo, a lógica estruturante da política assistencialista continua. De todos vereadores entrevistados, e situações percebidas no cotidiano da câmara, todos recebem em seus gabinetes cotidianamente, volume considerável da população, com reivindicações muitas das vezes não públicas. Casos como ter de atrasar a entrevista, pois o vereador teve de

levar um cidadão para atendimento médico e pagamento de conta de luz são pequenos atos comparados a práticas como o patrimonialismo e a realização de obras públicas direcionadas ao nicho eleitoral específico em determinados bairros ou distritos.

Na efetivação concreta de realizações do bem comum, conferidos ao poder legislativo, cabe as chamadas emendas parlamentares que são dadas aos legisladores eleitos a cada ano, concedida pelo poder executivo através da sua Lei Orçamentária Anual (LOA), que envia à casa de leis para apreciação e discussão, com toda receita do município e distribuição dos gastos para o ano.

Vale ressaltar que em teoria, é previsto que o executivo selecione de acordo com seu plano de governo, onde cada centavo da receita será investido, e aos vereadores, harmoniosamente discutirem a responsabilidade fiscal do orçamento, os possíveis superfaturamentos das licitações e a aplicação do dinheiro público gasto. Mas é através da LOA que os vereadores conseguem, assim como os deputados, especificar e direcionar determinados investimentos dentro destes orçamentos. É concedido desta forma pelo parecer de cada vereador relatado na LOA, um valor de dinheiro público razoável, destinado a determinada unidade de saúde, creche, escola e a instituições filantrópicas que possuem apoio do governo municipal. O vereador tem a liberdade de direcionar verba a obras e manutenção de prédios públicos municipais, localizados em bairros-chave e desta forma potencializar sua liderança política naquele bairro, como feito público e assim ganhando mais credibilidade perante a população.

Existem diferentes tipos de emendas que os legisladores podem utilizar, algumas aparecem mais que outras, e as que mais se destacam são as *emendas aditivas* que tem como objetivo sugerir o acréscimo de novos dispositivos ao texto do projeto; *emenda substitutiva* que se propõe em substituição de uma proposição por outra; *emenda modificativa* propõe alterações pontuais ao texto original da emenda, mas mantendo o corpo geral do texto e as *emendas impositivas*, que são as mais interessantes, pois é por elas que os vereadores podem destinar recursos do município diretamente para determinadas obras, projetos ou instituições.

As emendas impositivas documentadas pela Câmara de Campos não possuem qualquer tipo de padrão na formatação, assim como boa parte restante do documento, o que dificultou o trabalho de pesquisa e investigação. Cada documento possui diferente tipo de redação, descrição e *layout* das tabelas e planilhas.

A realização, ou ao menos o direcionamento de dinheiro público à um setor, é costumeiramente utilizado pelos políticos como propaganda de seus feitos. Alguns adotam uma postura diversificada, enquanto outros claramente “bairristas” privilegiam certos territórios específicos. O grau de relação entre o político e o território pra que ele legisla pode variar desde o marketing adotado pelo então candidato, até o seu histórico de reivindicações nas plenárias das sessões.

As emendas impositivas tem por teoria o caráter de urgência e devem ser acatados pelo executivo, mas em prática nem todas são. Alguns casos, são selecionadas as adições de emendas que serão acatadas, por critérios que variam como a posição do vereador, se ele pertence a base ou a oposição e, neste caso, quando oposição as chances de serem atendidas quase inexistem. Na base do governo, varia de acordo entre a situação das adições em questão junto com a variável de qual parlamentar a está solicitando. Essa variável significa a relação que o parlamentar tem com o chefe do executivo e seu gabinete, e a discussão sobre os benefícios que podem ser somados à aprovação da administração. Nesta equação, fazem pesos de um lado ou de outro a presença da sociedade civil que se interessa por melhorias no seu setor, bairro ou distrito. Contudo, esse peso é limitado de acordo com as estratégias que assumem para garantir a aprovação da emenda em questão, e a pressão popular organizada ainda não é significativa.

Portanto, investigamos os documentos da Lei Orçamentária Anual a partir do ano de 2015, pegando mandatos anteriores e chegando ao mais recente (2019), e além da investigação documental, entrevistas com alguns vereadores que tiveram concentrações espaciais nas suas emendas impositivas, expressiva votação e especial atuação na câmara (atuante no sentido de visibilidade do jogo político, tanto com destaque como também pela posição que o parlamentar se encontra no cenário político campista).

Em primeiro lugar pré-selecionamos por maior quantidade de votos o vereador que fez dentro do partido que elegeu, anulando os segundos e terceiros mais votados dos partidos que elegeram mais de um. Considerando assim, os mais bem situados dentro do cenário eleitoral de 2016, supostamente no topo da hierarquia política municipal. Em segundo lugar, esbarrando no processo do “chequinho” que retirou mais de um terço dos vereadores de seus mandatos, e o hábito comum de muitos deles mudarem constantemente de partidos fez com que a estratégia alternasse para selecionar de acordo com o padrão identificado em cada emenda de cada vereador, e a partir deles conforme o relatado em cada entrevista, entrevistar os nomes citados nas entrevistas anteriores.

Para isso, um roteiro de entrevista semiaberto (vide Anexo) com perguntas relacionadas a eleição de vereador, a relação deles com bairros e o trabalho deles como políticos profissionais na democracia representativa, todas iguais para todos vereadores entrevistados, podendo variar como o que é dito nas respostas, e por fim perguntas específicas a respeito da escolha de certos lugares para suas respectivas emendas.

Vale ressaltar, a organização das sessões eleitorais em Campos se dá em acordo com a delimitação de bairros e distritos e segue a organização da justiça eleitoral como mostra a tabela a seguir.

Tabela 1 – Zonas eleitorais em Campos dos Goytacazes.

Zona Eleitoral
75 ^a – Baixada campista – Donana à Farol de São Tomé
76 ^a – Guarus ao Parque Prazeres
98 ^a – Centro à Pecuária
99 ^a – Lapa e Turfe
100 ^a – Aeroporto, Morro do Coco e St. Eduardo (Norte)
129 ^a – L. de cima à Serrinha e parte de Guarus (Sul)
149 ^a – Turfe, Jóquei, Penha

Seguindo o número de cada zona eleitoral e a área em que cada uma abrange no município, podemos trazer os dados de apuração de votos válidos dos vereadores selecionados como amostra e, por zona eleitoral, traçar o padrão de concentração e zoneamento dos redutos eleitorais de cada vereador, independente da postura que se identificam (bairristas ou universalistas).

Entende-se por bairristas, os casos de concentração de votos em bairros, onde a comunidade em grande parte optou em votar no mesmo candidato, e este, também direciona no discurso de campanha e no mandato, políticas públicas a estes bairros. E universalista, os casos onde o parlamentar teve o aspecto de votos dispersos, ou seja, houve votação em todas ou quase todas comunidades. Os vereadores selecionados reconheceram essas características na distribuição dos votos, e alguns reconheceram na estratégia de campanha, os tipos de atuações que levaram a tal distribuição.

É semelhante o termo “paroquialismo legislativo” utilizado por CARVALHO (2009) que representa um padrão de concentração de votos de deputados em regiões específicas, e nela detém poder e influência.

A tabela a seguir mostra a expressão que cada atual vereador selecionado tem por zonas.

Tabela 2 – Concentração de votos por seção eleitoral

Vereador(a)	Partido	Zona 75	Zona 76	Zona 98	Zona 99	Zona 100	Zona 129	Zona 249	Destaque de concentração
Enock Amaral	PHS	657	591	268	262	978	473	336	zona 100
Alvário César	PRTB	258	427	269	116	1304	280	144	zona 100
Josiane Morumbi	PATRIOTA	154	277	151	84	868	181	118	zona 100
Paulo Arantes	MDB	9	238	45	70	107	53	25	zona 76
Renatinho Eldorado	PTC	13	773	89	25	56	240	29	zona 76
Igor Pereira	PSB	2182	156	337	262	59	617	309	zona 75
Silvinho	PATRIOTA	507	152	174	601	47	422	264	Zonas 75 e 99
Claudio Andrade	PSDC	153	346	709	350	86	216	357	zona 98
Pr. Vanderly	REP	845	1373	503	404	458	1088	586	zonas 76 e 129
Fred Machado	CIDADANIA	240	166	587	310	106	248	296	zona 98
Alvaro Oliveira	SDD	234	427	453	234	114	202	186	Disperso
Genásio	PSC	97	300	693	69	40	234	84	zona 98
Rosilane do Rene	PSC	46	903	134	75	36	222	8	zona 76

Fonte: elaboração de Pedro Suhet, com dados eleitorais obtidos do Tribunal Regional Eleitoral do estado do Rio de Janeiro, no Município de Campos dos Goytacazes em 09 de outubro de 2019/ TRE-RJ.

Alguns vereadores obtiveram padrões de concentração de votos em determinadas regiões, e isso se dá ao fato de nestas regiões os vereadores possuírem maior influência, e direcionado maior esforço na campanha eleitoral. Há exemplos de vereadores que já assumem um regionalismo “bairrista” na campanha, com um discurso totalmente voltado a sua “paróquia”, e nela concentrar esforços quando eleito. As táticas vão desde o nome utilizado em campanha como por exemplo o vereador José Renato que utilizou

“Renatinho Eldorado” remetendo sua identidade local, e a bandeira do conjunto de bairros da cidade conhecido como “Eldorado”.

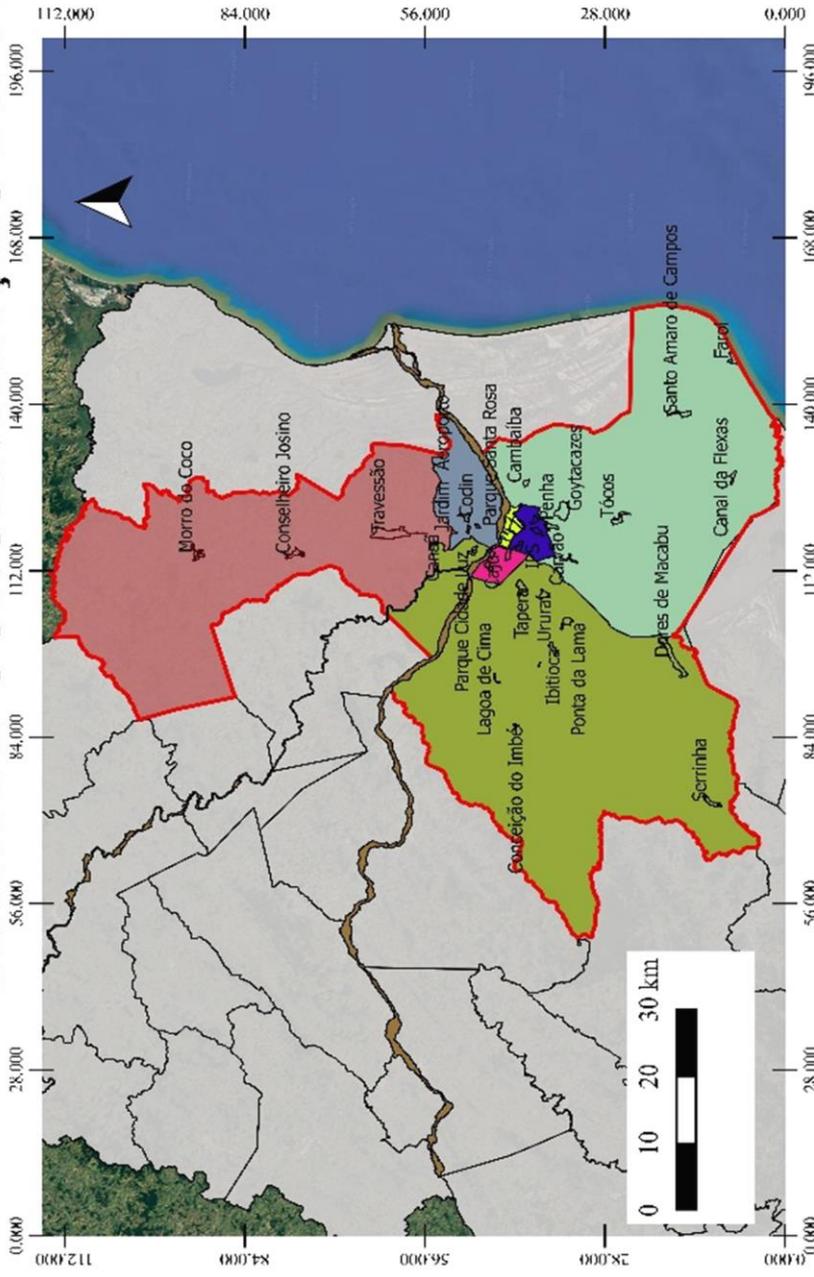
A vereadora Josiane Morumbi, que apesar de não possuir sobrenome *Morumbi*, utiliza remetendo a sua empresa de mesmo nome, cuja sede fica no mesmo local da 100ª zona eleitoral e emprega eleitores desta mesma zona.

Títulos como pastor e nome de terceiros, remetendo à personagens políticos conhecidos usados no nome de campanha, também são estratégias usadas para conseguir votos dispersos por eleitores que talvez simpatizem pelo apoio que o candidato tenha, ou pelo cago que ocupa. Contudo, os relatos dados pelos próprios vereadores quando perguntados como classificam suas eleições, é a de que o corpo-a-corpo e a presença dada a cada um ou atendendo pequenos grupos é o fator principal para se eleger. Esses “atendimentos” são em alguns casos, concedendo certas vantagens privadas a alguns eleitores.

O quadro acima mostra um levantamento dos votos, com dados fornecidos pelo TRE-RJ, e nele destacam-se concentrações de votos em determinadas regiões ou bairros, contudo alguns dos vereadores, ao serem entrevistados, assumem uma postura universalista de votação, e não reconhecem concentração espacial de votação, como o caso dos vereadores Enock Amaral, Claudio Andrade, Silvinho e Álvaro Oliveira.

Os demais entrevistados, assumiram o caráter territorial de suas campanhas e eleição. Deste modo as áreas de influencias dos atuais vereadores analisados se configura como no mapa abaixo.

MAPA DE CONCENTRAÇÃO DE VOTOS



Dados Cartográficos
 Projeção: UTM zone 24S
 Datum: SIRGAS 2000
 Fonte: IBGE (2018) e
 TRE - RJ (2020)

Legenda

- Zona 75 - Área de Concentração dos Vereador Igor Pereira
- Zona 76 - Área de Concentração dos Vereadores Paulo Arantes, Renatinho Eldorado, Pr. Vanderly e Rosilane do Rene
- Zona 98 - Área de Concentração dos Vereadores Claudio Andrade, Fred Machado e Genásio
- Zona 99 - Área de Concentração dos Vereador Silvinho
- Zona 100 - Área de Concentração dos Vereadores Enoek Amaral, Alvaro César e Josiane Morumbi
- Zona 129 - Área de Concentração dos Vereador Pr. Vanderly
- Zona 249 - Área dispersa
- Rio Paraíba do Sul e Rio Muriaé
- Grandes Bairros
- Limite Municipal de Campos dos Goytacazes

Fonte: Concepção de Pedro Suhet, cartografia de Fabrício Ferreira, com dados eleitorais obtidos do Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro ano 2016/ TRE-RJ.

As amostras analisadas de vereadores que exercem o mandato, podem ser cruzadas com as pautas defendidas, leis propostas e aprovadas, e sobretudo as emendas impositivas em que direcionam para o orçamento do município. A tabela abaixo mostra o direcionamento e o valor de cada emenda.

Tabela 3 - Emendas impositivas do orçamento municipal de Campos dos Goytacazes, tramitada em 2018 para o ano de 2019.

Vereadores	Quantidade de adições	Localidade alvo	Descrição
Alvaro Oliveira	04	Saturnino Braga, Ururá e Farol	Adição no valor de R\$400.000,00 para UBS Adição no valor de \$85.000,00 para habitação em Farol de São Tomé.
José Carlos Monteiro	05	Parq. Turf club Centro	Adição no valor de R\$50.000,00 para asilo Nossa senhora do Carmo igual valor à APAPE.
Pr. Vanderly Miguel	04	Tapera	Adição de R\$800.000,00 para UBS. Adição de R\$50.000,00 para creche escola Mãe Zilda
Claudio Andrade	04	Baixa Grande Estancia da Penha	Adição de R\$200.000,00 para UBS. Adição de R\$100.000,00 para rua especifica.
Igor Pereira	07	Donana Saturnino Braga	Adição de R\$300.000,00 para hospital São José. Adição de R\$100.000,00 para UBS. Adição de R\$100.000,00 para clube da terceira idade.
José Renato	04	El dourado São Silvestre	Adição de \$100.000,00 para hortas. Adição de R\$150.000,00 para duas quadras. Adição de \$320.000,00 para duas ambulâncias. Adição de R\$230.000,00 para UBS.
Paulo Arantes	04	Vila Nova Moro do Coco Guarus	Adição de R\$280.000,00 para UBS.
Enock Amaral	04	Santa Maria e Campo Novo	Adição de R\$150.000,00 para reforma de escola e outra de mesmo valor para creche escola. Adição de R\$300.000,00 para quadra em Santa Maria.
Alvaro César	03	Santa Maria, Santo Eduardo, Moro do Coco e Travessão	Adição de 290.000,00 para colégio. Adição de R\$450.000,00 para obras em Santo Eduardo, Morro do Coco e Travessão.

Fonte: elaboração de Pedro Suhel, com dados de emendas parlamentares impositivas, obtidos na Câmara de Vereadores do Município de Campos dos Goytacazes em 10 de abril de 2019.

Nem todas emendas foram executadas pela prefeitura. Apesar do caráter impositivo, representar urgência e dever da prefeitura em providenciar, o município de Campos enfrenta uma crise econômica que, segundo informações obtidas, inviabilizam sua execução.

De acordo com os vereadores de oposição, Renatinho Eldorado, Josiane Morumbi, Cabo Alonsimar e Rosilani do Rene, a crise econômica se deve ao enorme contingente de “*funcionários RPA’s*” que são contratados pela prefeitura para prestarem serviços específicos e que, segundo eles, são cargos para apoiadores da gestão, usados pela situação por meio da máquina pública para beneficiar apoiadores.

Constatamos que há uma dificuldade de se realizar as emendas impositivas pelo executivo, até mesmo as designadas pelos vereadores de sua base e ainda mais improvável quando se tratando de uma emenda requerida por um vereador de oposição. De 102 emendas impositivas requeridas no ano de 2018, nenhuma foi atendida pelo executivo, segundo os próprios vereadores. É notável que muitos vereadores tentaram e, em alguns casos, conseguiram direcionar a seus redutos orçamento para ações e/ou instituições específicas. Da mesma forma, é reconhecidamente constatado que essas realizações, segundo os próprios vereadores, ajudam em futuras campanhas em captação de votos, no sentido do “promete e cumpre”.

A forma como é feita a escolha dos investimentos, por exemplo, se numa Unidade Básica de Saúde, ou numa escola, varia de acordo com alguns fatores, como o tamanho do orçamento, a demanda da população, e o que tem a ver com o perfil do vereador.

O orçamento é executado de acordo com a forma como é planejado e considerando as cotas de cada setor/departamento/secretaria, por exemplo, normalmente a maior parcela do orçamento se destina à área, seguida pela educação. Por isso a grande parte das emendas, são destinadas a hospitais e a unidades básicas de saúde.

O perfil do vereador se define pelas “bandeiras” que o mesmo assume durante a campanha, como por exemplo o Vereador Ivan Machado (dentista) que tem suas ações e emendas voltadas para a saúde e mais especificamente aos serviços públicos de odontologia. Já o vereador Luis “Neném” (atleta) tem sua agenda voltada a políticas públicas para o esporte. Esse conjunto de fatores, determina para onde será direcionado a legislatura do parlamentar.

Foi observado que os vereadores da base aliada não assumiram existiu uma hierarquia entre vereadores na Câmara, a não ser na figura do presidente que, segundo eles exerce mais uma função coordenadora, do que propriamente de poder. E se referindo aos colegas em geral, a base aliada se manteve no discurso de neutralidade, demonstrando que não há embates, grandes e sérias divergências e que a Câmara de Campos possui “*uma turma boa*” (segundo informação colhida na fala de alguns vereadores) de parlamentares e que “*todos estão empenhados nos interesses da população*”. Do ponto de vista da oposição o discurso se altera e assume existir hierarquias de poder entre alguns grupos, e no topo dessas hierarquias figura o presidente da Câmara e, a seguir, o líder do governo (vereador Genásio).

A relação entre a eleição municipal e a eleições internas na Câmara são distintas. O atual presidente, obteve uma votação inexpressiva entre os eleitos, estando entre os menos votados. Mas ao assumirem os cargos a configuração entre os mais e menos votados é, neste caso, insignificante e o embate interno para assumir a presidência da casa não é afetada pela expressão de votos na campanha eleitoral.

5. RESULTADOS

Os documentos requisitados no arquivo da Câmara Municipal de Campos dos Goytacazes, inicialmente, foram prontamente disponibilizados; posteriormente, nas solicitações seguintes, só obtivemos acesso aos documentos após dois meses de solicitados, o que insinuou uma certa obstrução no acesso a documentos públicos que, deveriam estar disponíveis no site oficial, em um banco de dados, ou de outra forma de acesso menos burocrática do que a solicitação em requerimento de papel encaminhada direta e pessoalmente ao protocolo da Câmara. Talvez esse procedimento desse maior transparência e eficiência, e facilitasse trabalhos de pesquisa como o nosso.

Mesmo autorizado a pesquisa, dois dos vinte e dois gabinetes aos quais solicitamos entrevista com o vereador, mostraram resistência em autorizar a entrevista. Em contrapartida alguns outros receberam prontamente e cederam as entrevistas sem nenhum tipo de restrição, ou questionamento. Todos vereadores quando perguntados, também concordaram com a aproximação não só da população, como também de pesquisas como esta.

A análise dos documentos que relatam as emendas mostra que há uma concentração no número de adições direcionadas a zonas próximas umas das outras para a maioria dos parlamentares, e em sua maioria para Saúde, destinadas em grande parte para Unidades Básicas de Saúde (UBS), localizadas em bairros específicos, sendo o orçamento para estas UBS superior à de hospitais como o maior da cidade o Hospital Ferreira Machado. A escolha de emendas para saúde se deve, também, ao fato de ser o maior orçamento do município, quase o dobro do segundo maior (educação).

No histórico de leis aprovados e em tramitação foi constatado nesta pesquisa que as leis não possuem as características explicitamente territoriais, mas isto é evidenciado nas emendas parlamentares, sobretudo nas emendas impositivas.

É de domínio público que o legislador pode, de forma concreta, alimentar e fortalecer um vínculo com sua paróquia eleitoral e, desta forma, perpetuar poder político para futuras eleições.

Sobre o poder político interno na câmara de vereadores foi observado que uma hierarquia de poder político existe e a ala de situação a nega, e/ou negligencia em sua maioria, demonstrando que a câmara é um ambiente de coleguismo e harmonia entre os vereadores. Contudo, é explícito que o poder se centralize na figura do presidente da câmara em primeiro lugar, mesmo quando este não possui considerável expressão na campanha eleitoral. O grupo de vereadores aliados do Poder executivo (conhecidos como “base” ou “situação”) possui uma volatilidade, que é determinada pelas questões políticas internas e externas na Câmara Municipal. As questões internas são as pautas e discussões geridas única e exclusivamente na Câmara e em que determinados momentos trazem o número da base para a aprovação ou veto. Portanto, dependendo da pauta pode agradar ou não determinados vereadores e naquele momento exclusivo, ele aderir à oposição na votação. Momentos como este são comuns que o clamor da opinião popular induza na escolha do vereador, mas não é comum. Um caso presenciado na pesquisa foi o reajuste salarial da Guarda Civil Municipal, que provocou um incomodo entre vereadores da base do governo com a prefeitura. Em casos externos, observamos a aproximação das eleições municipais, e a saída de vereadores da base para a oposição, visando o pleito, e desta forma compondo uma aliança com outro candidato à prefeito, como por exemplo os vereadores Ivan Machado, Igor Pereira, Silvinho etc. Por sua vez, os que detém menos poder político, são os poucos vereadores de oposição que, em baixo número, possuem

pouco tempo de fala, reduzida estrutura, e não possuem respaldo do executivo nas emendas apresentadas.

O caráter de cooptação territorial é visível entre alguns membros da câmara de Campos dos Goytacazes, o que é parte da estratégia de campanha e se reflete em alguns casos em projeto de legislação. Portanto, sobre a tese da ação e discurso propostos por Arendt, também se aplica se tratando de questões eleitorais atuais. Todos políticos entrevistados, confirmaram ser positivo para as futuras eleições, ter trabalhos prestados, sobretudo públicos, como as obras e melhorias que eles oficializam nas emendas impositivas aos seus redutos eleitorais. Contudo as emendas próprias não são o único meio de se conseguir as melhorias. Os vereadores também negociam emendas com deputados estaduais e federais (como o caso relatado informalmente pelo vereador Igor Pereira do PSB que conseguiu um pacote de emendas do deputado federal Hugo Leal para aquisição de ambulâncias e máquinas agrícolas), além de negociações diretas com a prefeitura e seus secretários. Portanto, depende do bom relacionamento que o parlamentar tem, além do seu poder de negociação para que consiga produzir.

A forma como essa troca de interesses dos cidadãos com seu vereador, possui pouco ou nenhum caráter público, mesmo se tratando de trabalhos públicos como a construção de creches e postos de saúde. Pois como foi averiguado, o anseio que a população mostra é particular. Os eleitores não parecem participar de onde será construído um novo posto de saúde, tampouco debatido quais deveriam ser as especialidades médicas que prestariam o atendimento, com base nos casos de doenças ou problemas de saúde frequentes na região.

Outra forma que foge à essa relação de separação entre o público e o privado, só que ainda mais evidente é a contratação de pessoas para cargos comissionados que no município de Campos dos Goytacazes, assumiu na forma dos “RPAs” (Recibo de Pagamento Autônomo) que são pessoas que recebem pela prefeitura por trabalhos variados e quase sempre desnecessários. Eles são pagos através de um recibo pelo “trabalho” se vínculo oficial com a prefeitura, não sendo, portanto, funcionários da prefeitura. O vereador Renatinho “Eldorado” quando entrevistado, denunciou que estes RPA’s não produzem nada, e recebem dinheiro público para que fiquem em seus bairros ou setores, promovendo a gestão do prefeito Rafael Diniz, como agentes de propaganda. O que corrobora com a estratégia espacial e territorial de propaganda e estratégia política eleitoral moderna.

Foi observado também, que apesar de alguns vereadores serem do mesmo partido político, e se elegerem no mesmo grupo político, estão hoje em posições opostas na câmara de vereadores. Como o caso dos vereadores Josiane Morumbi e Silvinho, ambos do Patriotas, se posicionam contrariamente em relação ao executivo, sendo ela oposição e ligada a família da ex-prefeita Rosinha Garotinho e seu marido, e Silvinho como situação e vereador aliado do atual prefeito. Outro exemplo visto são dos vereadores Rosilani e Genásio.

Por fim, conceitos políticos empregados na experiência grega antiga e analisados pelos autores, corroboram ainda hoje suas práticas, como por exemplo, a estratégia de obra em determinado bairro ou distrito para consolida-lo como sua área de influência, e consequentemente concentração de voto. Também, a “ação e o discurso” ainda são vistos como práticas que não devem se dissociar, para obtenção de poder político na forma de captação de votos pela estratégia do “promete e cumpre” constatado unanimemente pelos vereadores.

Muitos dos conceitos vistos na experiência grega ainda são utilizados por políticos na modernidade, e no município de Campos dos Goytacazes isso é refletido como constatamos, juntamente com práticas pouco democráticas e com estabelecimento de currais eleitorais e paroquialistas.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARENDDT, Hannah. *A condição humana*. - 10 ed. Rio de Janeiro, 2007.

CARVALHO, Nelson Rojas. “Geografia política das eleições congressuais: a dinâmica de representação das áreas urbanas e metropolitanas no Brasil”. *Cadernos Metrópole*, vol. 11, núm. 22, julho-dezembro, 2009, pp. 367-384 Pontifícia Universidade Católica de São Paulo São Paulo, Brasil.

CASTORIADIS, Cornelius. *Encruzilhadas do labirinto II: Os domínios do homem*. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1987.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

SOUZA, Marcelo Lopes de. *A prisão e a Ágora: reflexões em torno da democratização do planejamento e da gestão das cidades*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

7. ANEXO



Universidade Federal Fluminense

Roteiro de entrevista
Vereadores – Câmara Municipal de Campos dos Goytacazes, RJ

Nome
Sexo
Idade
Bairro
Partido/Situação

- 1- O que é preciso para se eleger vereador em Campos?
- 2- O Sr. possui relação, ligação ou conexão com algum bairro, distrito ou região específico?
- 3- Quantos e quais projetos o senhor já aprovou?
- 4- Como classificaria o seu trabalho e de seus colegas da câmara, com relação a representação de seus eleitores?
- 5- O senhor enxerga alguma hierarquia de poder político na câmara?
- 6- Poderia explicar como funciona as relações de poder na câmara?
- 7- O senhor considera que os cidadãos comuns deveriam ter mais autonomia e poder de decisão na gestão da cidade? Em caso positivo, como isso poderia funcionar?
- 8- Qual seu posicionamento sobre o novo plano diretor participativo?
- 9- De que forma é a participação da população nos trabalhos da câmara hoje?